

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO: UM APARENTE PARADOXO.

Eliane Tomiasi Paulino¹

Introdução

O esforço de compreender os desdobramentos da mudança da base técnica da agricultura não é novo na geografia, tampouco nas ciências humanas. Com o advento do capitalismo, a perda da hegemonia histórica dessa atividade no arranjo material da sociedade a colocaram no centro de um intenso e crescente debate que, para além da perplexidade, possibilitou a construção de referenciais teórico-metodológicos para o seu entendimento.

Dadas as particularidades desse contexto, bem como a recorrência com que as teorias geradas em seu bojo servem de referência para os estudos agrários, nos parece oportuno retomá-las, mesmo porque os referenciais acionados na compreensão dos processos atuais são, em grande medida, desdobramentos dessas.

Daí a pertinência de voltar ao contexto em que foram geradas, bem como ao cerne das divergências entre os clássicos. Esse trabalho, que toma como referência o Norte do Paraná, consiste na tentativa de estabelecer um elo entre a teoria e a realidade, procurando demonstrar a pertinência da revisão conceitual, já que a sentença de desaparecimento do campesinato decretada por teóricos clássicos e reiteradamente reafirmadas não se confirmou.

Camponeses: do veredicto da extinção às estratégias de recriação

Não é de se estranhar que a análise do processo de recriação do campesinato seja tomada como um esforço inútil, já que por algum tempo prevaleceu um consenso acerca de seu desaparecimento, consenso esse cuja origem está nos clássicos, embasados em estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura há cerca de um século atrás.

Kautsky pode aqui ser tomado como referência para estabelecermos as devidas distinções, já que sua obra “A questão agrária” registrou os impasses e incertezas próprios desse período em que as relações tipicamente capitalistas adentraram o campo, oferecendo-nos uma densa análise desse período.

¹ Profa. Adjunta do Depto. de Geociências da Universidade Estadual de Londrina-Brasil.
eliane.tomiasi@uel.br

Densa não apenas por registrar suas características, mas por não dissociá-las das lutas políticas desse momento singular da história, em que três modos de produção, de certa forma, se colocavam na disputa pela hegemonia na Europa.

Kautsky presenciou, quase que em tempo real, algumas características de cada um deles. De um lado, o contato com os escombros do feudalismo, manifestado na desarticulação do modo de vida camponês e conseqüente êxodo rural. De outro, a expansão das relações tipicamente capitalistas, particularmente nos centros urbanos em que as indústrias floresciam e, por fim, na iminência de sua superação pelas sementes lançadas pela social democracia.

Não sem advertir sobre a necessidade de levar em consideração as peculiaridades da agricultura, em relação à indústria, o autor se empenhou na aplicação da teoria de Marx para os estudos agrários, por entender que o desenvolvimento do capitalismo no campo seguiria os padrões verificados nas cidades.

Por outro lado, se distanciou dessa mesma teoria, ao preconizar a evolução linear da sociedade, segundo a qual o capitalismo seria uma conseqüência do feudalismo e berço do socialismo, pelas suas próprias contradições internas.

É com base nesse eixo teórico que constrói a sua obra e a sua participação nos embates políticos de seu tempo, marcado pela necessidade de expandir o número de adeptos para a causa socialista. Em um contexto em que, nas cidades, esses espaços já haviam sido preenchidos, o campo, ou melhor, o campesinato, passa a ser a classe estratégica, numericamente capaz de engrossar as fileiras para a instauração do socialismo.

Entrementes, em nome da pretensa coerência com a teoria de Marx, concebe esse como um caminho em que uma ordem de hegemonia deve prevalecer: a do proletariado sobre o campesinato.

É importante lembrar que essa é o resultado necessário da compreensão da história como processo linear. Ora, se a emergência do socialismo foi condicionada ao acirramento das contradições no interior do capitalismo, isso pressupõe o embate direto entre as duas supostas forças motrizes desse, o capital e o trabalho.

Em outras palavras, para abreviar o compasso de espera pelo socialismo, era necessário criar as condições para que as contradições entre capitalistas e proletários florescessem plenamente, razão pela qual fora negado um lugar político para o campesinato enquanto classe, daí a tese de seu desaparecimento, da qual Kautsky é um dos principais expoentes.

Desde então, fileiras de estudiosos têm sido fiéis a essa teoria, ainda que a conquista do socialismo pareça cada vez mais distante e que a referida classe teime em não desaparecer.

É por essa razão que Shanin (1980) afirma que a supressão do campesinato é muito mais uma questão política do que teórica, visto que nenhum outro conceito pode substituir o de camponês, até que a realidade o faça desaparecer juntamente com os sujeitos concretos que lhes dá sustentação.

Passado um século de debate, o impasse continua e é sobre ele que nos deteremos ao tomar o Norte do Paraná como referência, região em que a modernização da base técnica da agricultura é intensa, mas que não permite a associação automática entre modernização e plena proletarização no campo.

Como vimos, trata-se de um equívoco teórico originado em estudos clássicos sobre a agricultura no capitalismo, nos quais se destaca Kautsky. Como vimos, suas análises tinham como fio condutor a idéia de que as bases do desenvolvimento capitalista no campo seriam as mesmas do desenvolvimento industrial, culminando em um modo de produção composto por apenas duas classes sociais: proletários e capitalistas.

Contrariamente ao que previa esse esquema teórico, os camponeses foram recriados pelas próprias contradições em que se dá o processo de acumulação de capital, o qual pressupõe não apenas a extração da mais valia, via sujeição real do trabalho; no caso da agricultura, a sujeição da renda da terra tem se mostrado um eficaz mecanismo de transferência da riqueza produzida pelos camponeses para diferentes setores capitalistas.

Sendo, pois, a diversidade a principal característica do campo, pressupõe-se que para compreendê-lo deve-se considerá-lo como *locus*, de um lado, das relações tipicamente capitalistas, onde de fato o processo de proletarização ocorreu, e de outro, onde esse prognóstico não se confirmou, daí a pertinência de investigar as diferentes estratégias de produção-reprodução social nas frações camponesas do território.

Contudo, os apontamentos teóricos originados em Kautsky reafirmam a tendência de adoção de um raciocínio dicotômico, o qual exclui por antecipação a possibilidade de tomar como aceitável a compatibilização entre modernização da base técnica e manutenção/recriação da condição camponesa. Ou seja, a tradição contemporânea é a de associar essa modalidade de modernização com pleno assalariamento.

Ainda que não se possa negar que esses dois elementos caminham juntos nas propriedades capitalistas, é importante salientar que, em diferentes escalas, os

camponeses igualmente incorporam tecnologias, não sem pagar o preço da sujeição da renda proporcionalmente ao grau de tecnificação incorporado.

Dentre as diferentes formas de sujeição, entendida como transferência a outrem que não os agricultores, destacamos o consumo de maquinários e insumos, o processamento da produção, o seu financiamento e a intermediação entre a produção camponesa e os consumidores, momentos em que uma parte da renda é apropriada por capitalistas atuando nessas distintas esferas.

Portanto, a compreensão da relação entre sujeição da renda da terra e recriação das frações camponesas do território nos obriga a ir além, destacando inclusive o sentido da propriedade privada dentro do capitalismo e sua interferência no desenvolvimento da agricultura, não sem partir do princípio de que o modelo econômico brasileiro em curso é essencialmente rentista, constituindo-se assim em expressão *sui generis* do modo capitalista de produção, como já advertira Martins (1994, p. 129).

Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra.

É a especificidade desse modelo de acumulação ampliada do capital, cuja base de sustentação encontra-se assentada na extração da renda, que explica a manutenção de uma estrutura altamente concentrada da terra, colocando a uma classe social, em particular, a permanente luta contra a exclusão que esta via de apropriação privada da terra promove.

No que tange à singular realidade do Norte do Paraná, cuja colonização chegou até mesmo a ser confundida com modelo bem sucedido de Reforma Agrária, partimos da premissa de que a área em questão também é produto do desenvolvimento desigual e contraditório que, pelas especificidades, nos incita a retomar os tipos de relações de produção existentes no campo.

Temos assim, de um lado, relações tipicamente capitalistas, onde os trabalhadores acham-se divorciados dos meios de produção, estando estes meios em poder de uma classe proprietária. Nessas, a atividade agrícola se realiza a partir do trabalho contratado da classe despojada, mediante o assalariamento ou até mesmo por meio de relações não formalizadas enquanto tal, as quais somente ocultam o caráter da exploração

capitalista do trabalho. De outro, temos as relações não tipicamente capitalistas, onde a atividade econômica resulta da fusão entre trabalhadores e instrumentos de trabalho, tendo-se preservada desta forma a autonomia do trabalho, sendo essas as que constituem as frações camponesas do território.

Entretantes, enquanto na exploração capitalista a força de trabalho comparece como a primeira mercadoria a ser transacionada no emaranhado das relações econômicas, nas frações camponesas do território a inserção dos trabalhadores no sistema não ocorre via produção, através da mercadoria trabalho, mas sim via comercialização, por meio das mercadorias produzidas pelo trabalho.

Assim, a lógica que move a atividade capitalista é a possibilidade de obtenção de lucro, que resulta da exploração do trabalho. Ou seja, o lucro é a parte do valor produzido pelo trabalho, extraído dos trabalhadores. Todavia, em se tratando da agricultura há ainda outra variável a atrair o interesse do capital e é aquela que nos interessa mais de perto: a renda da terra.

A renda da terra aparece como um componente distinto nas relações capitalistas, pois advém da propriedade privada da terra. Diferentemente de todos os outros meios de produção, os quais são criados a partir do trabalho, a terra é um bem natural que não pressupõe trabalho acumulado.

Mas o fato de estar apropriada privadamente implica o pagamento de renda aos proprietários, para que entre em disponibilidade para as atividades produtivas. Ou seja, o estatuto da propriedade privada da terra garante aos proprietários dispor desse bem de acordo com suas conveniências. A renda é o tributo pago aos proprietários para que a terra, tal qual os demais meios de produção, seja posta para produzir.

No entanto, a renda não é um tributo particular, cobrado aos que desejam trabalhá-la diretamente, mas sim um tributo social, pelo qual a sociedade inteira paga, pois seu cálculo já vem embutido no preço de todos os produtos primários, como elucida Martins (1981, p. 169).

[...] a renda da terra também têm a sua dimensão oculta [...]. Não posso entendê-la se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda da sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho dos trabalhadores do campo e da cidade, que entra e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém e que, em última instância, é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores desta mesma sociedade.

Nota-se que é a possibilidade de extração da renda que impele a atividade capitalista na agricultura. No entanto, a exploração agrícola é extremamente particular, pois diferentemente de todas as outras atividades produtivas, ela está sujeita aos ciclos da natureza. Enquanto a produção industrial se faz a partir de um ambiente adaptado às necessidades da produção, ocorre o inverso na agricultura, onde essa tem que adaptar-se ao meio circundante.

Independentemente do grau de modernização tecnológica, que vêm modificando e limitando o grau de influência das intempéries, ainda assim, numa escala diferenciada, a agricultura depende e é afetada pelas forças da natureza, constituindo-se em uma atividade de riscos.

São exatamente estas duas variáveis, a renda e os riscos, que orientam os investimentos capitalistas na agricultura. A renda comparece como um lucro extraordinário, desigualmente distribuída entre os diferentes produtos agrícolas. Dessa maneira, há culturas que permitem auferir renda maior, como por exemplo a soja, a laranja e a cana-de-açúcar, as quais constituem-se em produtos básicos da agroindústria, culturas essas que, aliás, predominam no Norte do Paraná.

É a articulação entre estes cultivos e o processamento industrial que permite aos capitalistas o domínio completo sobre o processo produtivo, no qual auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, extraído individualmente dos trabalhadores envolvidos na produção.

Por outro lado, as culturas que compõem a alimentação básica da população não são muito atrativas para os capitalistas, justamente em função da renda menor e dos altos riscos que as caracterizam. Dessa maneira, os produtores da maior parte dos alimentos consumidos internamente são os trabalhadores que detêm os instrumentos e a força de trabalho, os camponeses, cuja recriação somente pode ser entendida a partir de sua condição de produtor de renda, ao invés de produtor de mais-valia.

Esse camponês, segundo Martins (1981, p. 16), é um desenraizado, que luta sistematicamente pela entrada na terra, a partir de um histórico processo de expulsões e migrações, imposto pelo próprio avanço do capital sobre a terra, mas que não impede a negação plena da lógica mercantil pela reafirmação da autonomia do trabalho.

É um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão.

Outrossim, há que se superar a idéia de autosuficiência e isolamento, visto que esta classe social encontra-se intensamente atrelada ao mercado, não por meio da sujeição formal, mas sim através da sujeição da renda.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e do da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que esta relação nos indica é outra coisa bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o processo que se observa claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, do tipo camponês[...] O capital têm se apropriado diretamente das grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta[...]. Onde a renda é baixa[...], o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. (Martins, 1981, p. 175)

O fato de estar atrelado a um mercado altamente instável torna o camponês vulnerável, a mercê da exploração oculta por relações comerciais desvantajosas, relações estas que asseguram a transferência dos resultados do trabalho, ou seja, renda, para outros segmentos sociais.

Ao ter como parâmetro a reprodução de sua força de trabalho e existência social, operando com a lógica da sobrevivência, e não da acumulação ampliada, como os demais donos dos meios de produção, cria-se a condição essencial para a transferência da renda, seja através da venda sub-valorizada dos produtos, ou através do custo geral mais baixo dos alimentos que chegam ao mercado. Desse modo, os camponeses integram-se perfeitamente ao capitalismo, não sendo portanto alvos preferenciais de desaparecimento.

No entanto, isto não implica em negar os processos de diferenciação interna vividos por esta classe, pois esta é uma consequência da relação mercantil que, se por um lado, recria o campesinato, por outro transforma camponeses em proletários, ou mesmo em burgueses, quando alguns conseguem aproveitar-se de determinadas brechas no sistema.

Contudo, esta não é a regra, pois nesse momento em que a sociedade passa por um processo de universalização de mercados, que paradoxalmente consiste na produção desigual do espaço, o empobrecimento dos camponeses têm prevalecido,

especialmente no caso brasileiro, em virtude da própria feição rentista do capitalismo em curso.

Como vimos, o caráter rentista faz com que a apropriação da terra com fins produtivos, como é o caso da propriedade familiar camponesa, seja preterida em favor das conveniências da orientação principal, a especulação. Protegida pelo preceito constitucional do direito de propriedade, a função social da terra transforma-se em uma variável elástica, pela própria indefinição que persiste sobre o conceito de produtividade.

A falta de uma definição de parâmetros concretos para a classificação das propriedades segundo o critério de produtividade permite a manutenção das terras ociosas, fato que explica a desproporcionalidade da malha fundiária brasileira e o acirramento da concentração, conforme tem se verificado nas últimas décadas.

É esse modelo pautado na concentração fundiária e subutilização da terra que cerceia a expansão do trabalho familiar camponês, além de produzir um exército de trabalhadores rurais excluídos ou em vias de exclusão do emprego básico de sua força de trabalho.

Não obstante, a baixa participação dos camponeses no patrimônio fundiário do país não compromete os índices de produção e produtividade, quando se toma por referência os grandes estabelecimentos, pois mesmo ocupando cerca de um quinto do território brasileiro, respondem com aproximadamente a metade da produção agropecuária, em valor, e são responsáveis pela geração de cerca de oito em cada dez postos de trabalho no campo.

É essa realidade que expressa o paradoxo da abundância de terras, pois a sua apropriação incondicional revela o caráter prioritário que a acumulação de capital tem nessa sociedade. O fato de não haver mecanismos de controle sobre o grau de aproveitamento econômico torna limitada a perspectiva do direito de reprodução digna através do trabalho que, em outras circunstâncias, poderia encontrar terreno fértil no Brasil, dado os baixos custos para a criação de postos de trabalho no campo e a extensão territorial do país.

Assim, a concentração fundiária atua como uma espécie de freio do desenvolvimento, o que não se aplica somente ao campesinato, mas à sociedade como um todo, com as cidades o explicitando claramente, nos seus excluídos que possuem raízes rurais.

É esse contexto que permite compreender a razão pela qual o campo deixa de representar o *locus* de produção de matérias-primas exigidas pela indústria, passando a expor a dimensão das contradições desse modelo que, ao adequar o mais elementar meio

de produção às regras dos especuladores, torna os conflitos agrários inevitáveis, e as cercas da propriedade improdutiva vulneráveis à primordial necessidade humana de existir.

Desse modo, as investidas dos trabalhadores nestas terras têm sido sistemáticas, assim também como a resposta dos latifundiários, resultando em tensos embates e confrontos sangrentos. No entanto, a luta travada é desigual, pela desproporção entre os recursos dos trabalhadores e de seus oponentes, que não se limitam aos proprietários, mas a integrantes concretos do Estado, que detêm o direito de legislar, policiar, julgar e punir.

Dentro desta ordem sobressaem ações explícitas, encaminhadas no sentido de consolidar estruturas econômicas voltadas à exploração empresarial da agropecuária, relegando a um plano secundário a agricultura familiar.

Portanto, o modelo rentista tem se sustentado através de uma composição de forças voltadas à manutenção de uma estrutura agrária herdada desde os primórdios da ocupação capitalista, com redefinições que, apesar de terem implicado a perda do poder hegemônico, não resultaram na perda do controle sobre as políticas que dizem respeito aos senhores da terra.

Das sesmarias à Lei de Terras (1850), da proclamação da República aos dias atuais, instrumentos de dominação converteram-se em instrumentos de sujeição, mesmo porque ao permanecer inalterado o espaço de representação do campesinato, com a supremacia histórica da elite agrária e o ingresso recente dos grandes capitalistas, os novos agentes do conservadorismo agrário, essa classe não conseguiu se desvencilhar da exploração, agora manifestada na sujeição da renda da terra.

De um lado, os agentes do capital industrial, através da inserção crescente da agricultura em um modelo tecnológico estranho à realidade camponesa, foram sistemática e progressivamente extraindo a renda produzida na terra, com a venda de máquinas e insumos.

De outro, o capital comercial que, por sua vez, ampliou de forma expressiva os seus tentáculos, tirando dos pequenos produtores a capacidade de controlar todas as etapas do processo produtivo. Ao figurar como intermediário, no momento da comercialização, tornou-se agente de apropriação de grande parte da renda gerada pelos camponeses.

De forma menos expressiva atuou o sistema bancário, que ao realizar empréstimos para custeio segundo a lógica do mercado financeiro, inseriu essa classe em uma teia de relações adversas, pela própria instabilidade da produção e preços dos produtos agrícolas, levando muitos a perderem a terra, inclusive.

A interferência dessas variáveis, pela presença/ausência do papel regulador do Estado, por meio de políticas agrícolas específicas para a pequena produção familiar, foi tornando cada vez mais difícil a permanência da família camponesa no campo. Em muitos casos, a saída tem sido a migração para a cidade ou os rearranjos internos para se adequar à esta nova conjuntura.

A despeito das especificidades do Norte do Paraná, o contexto maior não deixou de afetar a forma em que esta porção geográfica foi inserida no circuito da economia; interferiu também de forma decisiva nas redefinições em curso, dadas as próprias condições de produção alocadas territorialmente.

Aí merece destaque as mudanças que começaram a ocorrer há meio século. Assim, se o processo de modernização da base técnica no campo, sobreposto a uma estrutura fundiária concentrada, expulsou a maior parte da população residente, o modelo urbano/industrial não conseguiu absorver esse contingente, especialmente pela conjugação de fatores tais como recessão econômica e desemprego tecnológico, o que tem tornado as cidades menos promissoras do que o foram em um passado recente.

Não obstante, observa-se a predominância do trabalho familiar no campo, em termos de trabalhadores ocupados, fato que nos lançou na pesquisa que culminou na Tese de Doutorado intitulada: “Terra e Vida: a Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná”. A área estudada está delimitada pelos Rios Panapanema, ao Norte, Pirapó, a Sudoeste e Tibagi, a Leste. Foram estudados 33 municípios, sendo visitadas empresas, cooperativas, instituições de pesquisa e extensão rural, além das entrevistas realizadas em 292 sítios distribuídos na área em questão.

Foi esse trilhar que evidenciou o quão diversas são as frações do território e quão inoportunas são as análises que suprimem o campesinato da história.

Em nossa pesquisa, nos deparamos com a sua existência real e sua participação decisiva na construção do território que, ao contrário do que muitos apregoam, não se limita a relações e contornos tipicamente capitalistas, mas a um mosaico formado pela alternância de frações camponesas e frações tipicamente capitalistas do território, respectivamente marcadas pelo trabalho familiar camponês e pelo trabalho assalariado.

Por ser a renda da terra um dos elementos centrais da recriação camponesa, sendo diversas as formas encontradas pelos capitalistas para subtraírem-na dessa classe em benefício próprio, analisaremos brevemente os interstícios da sujeição da renda camponesa ao capital nas esferas em que isso ocorre.

Como vimos, o Norte do Paraná é uma região marcada por um elevado grau de modernização da base técnica, sendo que essa modernização não está limitada às

unidades produtivas tipicamente capitalistas; ela é extensiva às unidades camponesas, guardadas evidentemente as devidas proporções.

Em outros termos, ainda que prevaleça a idéia de que as técnicas rudimentares, a exclusão do mercado e as privações severas sejam, de fato, o que define a classe camponesa, esses elementos não são exatamente os mais apropriados para essa categorização, tampouco é válida a noção de que técnicas modernas e campesinato são mutuamente excludentes.

Na área estudada, são dos mais variados os níveis de inserção da classe camponesa no patamar técnico dominante, bem como nas estruturas comerciais e financeiras vinculadas à agricultura.

Em outras palavras, assim como entre os proprietários capitalistas, há camponeses que comercializam individualmente a produção, outros se acham associados às cooperativas, há aqueles que trabalham em sistema de integração com os complexos agroindustriais, particularmente da cadeia avícola, citrícola e sericícola, enfim, as estratégias de produção econômica e reprodução social são inúmeras.

Cumprе salientar que a comercialização seja com os atravessadores, com as indústrias ou, por fim, por meio da venda intermediada pelas cooperativas, lhes garante uma autonomia maior do que o sistema de integração, particularmente no que tange à organização interna dos sítios e à decisão de como, quando e o quê cultivar.

Contudo, o preço dessa autonomia é o risco da não inserção das colheitas no mercado. Como se sabe, no sistema de integração a interferência das indústrias na ordenação interna dos sítios é pronunciada, já que são essas que determinam padrões, quantidades e prazos a serem observados na produção para posterior entrega nos entrepostos de processamento industrial.

Particularmente no caso da avicultura e sericultura, o fato de lhes serem impostos rígidos padrões de manejo evidencia que, nessas atividades, o controle do seu tempo e do seu espaço cede lugar à necessária observância do tempo do capital, materializado no artificialismo com que se revestem os processos produtivos.

É por essa razão que evocamos o conceito de intervenção, ao analisarmos tais experiências de integração, pois os camponeses que não se enquadram nos processos definidos externamente acabam abandonando a atividade.

Por outro lado, a relação perpetrada pelas cooperativas, indústrias e atravessadores é de intermediação, por se tratar de uma ação que não define a organização dos sítios camponeses.

Nesses casos, apesar do imperativo da produtividade, com todas as relações que lhe são inerentes, os camponeses continuam senhores de seu tempo e de seu espaço, de modo que os tentáculos do capital os afetam na exata medida em que esses os incorporam.

A simples menção ao fator incorporação já estabelece uma distinção em relação ao fator imposição, indiscutivelmente presente nas relações de integração destacadas. Assim, ao incorporar certas determinações, supõe-se que o sujeito as internaliza e, de certa forma, as redimensiona de acordo com seus interesses e possibilidades reais de fazê-lo.

É justamente o sentido dessa incorporação que torna difícil uma análise compartimentada de cada uma das atividades que se fazem presentes na parcela do território dominada pelos camponeses.

Porquanto, a lógica da complementaridade invariavelmente remete a uma combinação na qual a hierarquia nem sempre pode ser confundida com primazia, daí a pertinência de recorrermos à categoria de sistemas agrários camponeses para analisarmos essa realidade.

Reiteramos, no entanto, que as diversas atividades de forma alguma podem ser excluídas de uma lógica de conjunto, posto que as mesmas se inscrevem igualmente no contexto das combinações existentes nos sítios camponeses. Enquanto individualmente se diferenciam, no conjunto manifestam uma articulação que revela a própria lógica de reprodução camponesa.

É por isso que a concepção de sistema se impõe, já que a mesma remete a um padrão orgânico que, além de ser comum à maior parte dos sítios camponeses, tem nas diferentes atividades um caráter estruturante, dado o conjunto de atividades paralelas que se articulam em perfeita complementaridade.

Por outro lado, esses sistemas não são homogêneos, tampouco indicam a drenagem da renda da terra por um único setor capitalista, seja o industrial, o comercial ou o financeiro, quaisquer que sejam os agentes que atuam nessas esferas.

É por essa razão que o campesinato recorre a um emaranhado de estratégias, de acordo com as condições internas mais apropriadas. É bom lembrar que essas se manifestam para além da produção, culminando em variações conjunturais nos níveis de geração e apropriação da renda da terra.

Do ponto de vista da hierarquia presente no tempo e no espaço camponês, há atividades que, de certa forma, assumem o caráter estruturador do sítio. Como se sabe,

as lavouras típicas dos camponeses como arroz, feijão, café e milho, estão entre as que têm maior número de cultivadores no Norte do Paraná, embora ocupem uma área desproporcional em relação àquelas mecanizadas.

Em outras palavras, as lavouras mecanizadas são absolutamente dominantes, ainda que, na média, não haja áreas individuais muito extensas, um indicativo de que os camponeses também se ocupam das mesmas. Como exemplo, citamos o milho, cuja relação é de pouco mais de 21 hectares por cultivador, lembrando que se trata de uma lavoura de ciclo curto, em geral em rodízio com a soja, o que reduziria a necessidade de terras disponíveis pela metade.

Evidentemente, o fato de haver grandes proprietários envolvidos com essa lavoura interfere nesses números, elevando a área média dos pequenos cultivadores. Quanto à soja, a área média é de pouco mais que o dobro do milho, o que mostra que essa é o cultivo preferencial dos médios e grandes proprietários, ainda que não exclua os pequenos cultivadores.

Cumprе salientar que essa é uma generalização abrangendo o conjunto dos 33 municípios, pois há particularidades geográficas que não podem ser desconsideradas, já que na área de estudo, as diferenças são ponderáveis, dada a ocorrência de dois tipos predominantes de solos: a terra roxa, formada pela decomposição do basalto e os solos arenosos, originados da decomposição do arenito caiuí.

Como se sabe, as características físicas da terra roxa favorecem a lavoura, assegurando em muitos casos maior geração de renda no interior das propriedades. É claro que não se pode tomar isso como determinação, já que adequações do ponto de vista das estratégias produtivas permitem, igualmente, um patamar de extração de renda equivalente nos solos arenosos. São as diferentes estratégias produtivas que irão definir, ademais, o grau de sujeição da renda da terra ao capital, e isso se dá na perspectiva de cada unidade produtiva.

No plano da produção, no qual todo o trabalho e investimento do campesinato se materializam, vemos as cadeias industriais se sustentarem por meio da matéria-prima fornecida por essa classe, como é o caso da integração; igualmente visível são os interstícios da acumulação de capital pelas indústrias que recebem o leite e os produtos da lavoura permanente e temporária. Por fim, a agressiva ação do capital comercial com as anteriores se confunde.

Quanto à sua ação na esfera do consumo produtivo, ou seja, no monopólio dos preços dos insumos necessários à produção, vimos que o campesinato de que tratamos não está excluído do processo de modernização da base técnica da agricultura.

Nessa perspectiva, sua produção comercial pressupõe a utilização de máquinas e insumos, ainda que em uma escala compatível com os recursos materiais de que dispõe. É justamente a incorporação de tecnologia que o obriga a pagar um pesado tributo ao capital industrial e comercial, tributo esse representado pelo consumo das mercadorias que entram no processo produtivo.

São tratores, colheitadeiras, plantadeiras, além dos insumos industrializados, como pesticidas, herbicidas ou adubos químicos, hoje praticamente imprescindíveis para a produção, mesmo que de pequena escala.

Isso pode nos dar uma dimensão do quanto a modernização da base técnica da agricultura tem sido importante para a acumulação do setor industrial, a qual tem inclusive se apoiado em uma espécie de mediação do próprio Estado, já que esse direcionou, e ainda direciona, a apropriação da riqueza social gerada diretamente pela agricultura, ao privilegiar, através de inúmeras políticas públicas, o empresariado da terra, produtivo ou não.

Essa é a razão pela qual o ônus da produção e da reprodução ampliada do capital continua recaindo sobre os trabalhadores, entre os quais os camponeses, diretamente afetados pelo custo crescente para produzir e pela apropriação decrescente da renda da terra.

É importante salientar que nos itens de consumo da agricultura, os camponeses sentem a variação de preços na ponta da cadeia produtiva, ou seja, fica difícil separar qual a fatia de renda apropriada pela indústria a montante da agricultura, já que os comerciantes locais também lucram com a venda desses produtos.

De qualquer maneira, é de se supor que o movimento de alta é conduzido pelo capital industrial, cabendo ao capital comercial repassá-lo aos agricultores. É nesses meandros que a renda camponesa acaba retida, visto que a mesma lógica prevalece na comercialização das colheitas.

Assim, são diversas as faces da monopolização das parcelas do território dominadas pelos camponeses, ainda que isso não represente sentenças apriorísticas de desaparecimento, já que eles estão em constante busca por alternativas que lhes permita preservar sua autonomia.

Considerações finais

Apesar da incontestável mudança provocada pela alteração da base técnica na agricultura, os camponeses antes de desaparecer, continuam se recriando. Essa recriação se dá em virtude do estabelecimento de estratégias produtivas que asseguram a

inclusão da família nos processos produtivos e, via de regra, obedecendo ao princípio da diversificação.

Não obstante, essa recriação pressupõe um ônus, a sujeição da renda da terra. Essa sujeição, materializada na transferência da renda para os capitalistas, é um dos pilares da acumulação ampliada, mas é necessário lembrar que essa não se dá serenamente, sem conflitos.

Embora pareça haver uma conformação geral quanto ao montante de renda extraído por agentes do capital, a indignação entre os camponeses é latente. Cientes de que são fundamentais no esquema de faturamento das indústrias, tanto aquelas que produzem as sementes, insumos e máquinas, quanto daquelas que agregam valor às colheitas com o processamento industrial, vislumbram a sangria dos frutos do seu trabalho.

Entendemos que é essa percepção de que as trocas são absolutamente injustas que alimenta uma utopia de insubordinação entre a classe camponesa.

É por essa razão que se faz necessário atentar para a inconsistência dos esquemas teóricos e político-partidários que, em nome da luta pela transformação rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, se fecham em torno da pretensa inferioridade política do campesinato.

REFERÊNCIAS

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: a Geografia dos camponeses no Norte do Paraná*. 2003. (Tese) Doutorado – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n. 26, p.43-79, 1980.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

_____. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.